

# OM Linha 6 Participações S.A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263H1-043-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

## OM Linha 6 Participações S.A.

### Relatório da Administração

A Administração da OM Linha 6 Participações S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### Mensagem da Administração

A Companhia encerrou o ano com resultado negativo de R\$ 163 mil. Esse resultado foi decorrente do reflexo da participação societária negativa de 33,96% na Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move São Paulo") e de suas despesas gerais e administrativas necessárias à sua manutenção, líquido das receitas obtidas com as aplicações financeiras dos seus recursos.

\* \* \*

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**OM Linha 6 Participações S.A**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OM Linha 6 Participações S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OM Linha 6 Participações S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted  
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

# OM Linha 6 Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.963	244
Tributos a recuperar	-	135	150
Outros ativos	-	2	2
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.100</b>	<b>396</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Investimentos	7	484	4.349
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>484</b>	<b>4.349</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.584</b>	<b>4.745</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OM Linha 6 Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	-	225	209
Tributos a recolher	-	48	2
Outros passivos	-	-	18
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>273</b>	<b>229</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	8 (a)	72.565	72.565
Reserva de capital	-	228	228
Prejuízos acumulados	-	(68.482)	(68.277)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.311</b>	<b>4.516</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.584</b>	<b>4.745</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OM Linha 6 Participações S.A.

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	9	(195)	(141)
Resultado de participação societária	7 (b)	(129)	(41)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(324)</b>	<b>(182)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Resultado financeiro, líquido	10	119	396
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda</b>		<b>(205)</b>	<b>214</b>
Imposto de renda e contribuição social	11	-	(44)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>(205)</b>	<b>170</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)</b>	<b>12</b>	<b>(0,003)</b>	<b>0,004</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OM Linha 6 Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(205)</b>	<b>170</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(205)</b>	<b>170</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OM Linha 6 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>45.295</b>	<b>31.270</b>	<b>228</b>	<b>(68.447)</b>	<b>8.346</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	170	170
<b>Transações de capital com os sócios:</b>					
Aumento de capital	31.270	(31.270)	-	-	-
Redução de capital	(4.000)	-	-	-	(4.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>72.565</b>		<b>228</b>	<b>(68.277)</b>	<b>4.516</b>
Lucro líquido do exercício				(205)	(205)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>72.565</b>		<b>228</b>	<b>(68.482)</b>	<b>4.311</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OM Linha 6 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(205)</b>	<b>214</b>
<b>Ajustes para reconciliação do lucro</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	129	41
	<b>(76)</b>	<b>255</b>
<b>Variações dos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	20	-
Fornecedores	16	1
Tributos a recolher	46	(49)
Outros passivos	(18)	18
<b>Total das variações</b>	<b>(12)</b>	<b>225</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5)	(52)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(17)</b>	<b>173</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Redução de capital social em coligadas e controladas	3.736	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>3.736</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Redução de capital	-	(4.000)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(4.000)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.719</b>	<b>(3.827)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	244	4.071
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.963	244
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.719</b>	<b>(3.827)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6” ou “Companhia”) com sede em São Paulo, foi constituída em 22 de outubro de 2013 e tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP Mobilidade S.A. (“OM”) e de forma indireta pela OTP S.A. (“OTP”), a qual é controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

### (a) Informações sobre a controlada em conjunto

Conforme evidenciado na Nota explicativa nº 7, a Companhia possui como único investimento a participação societária de 33,96% na Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move São Paulo”), a qual firmou Contrato de Concessão patrocinada em 18 de dezembro de 2013 com o Governo do Estado de São Paulo (“Governo de SP”) para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

Problemas nas liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move São Paulo na captação de recursos de financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras de construção foram suspensas em setembro de 2016. Após tentativas de solucionar tais problemas e não evolução do reequilíbrio contratual, em janeiro de 2018, a Move São Paulo notificou o Poder Concedente sobre o procedimento arbitral, tendo por objeto: **(a)** o reconhecimento do inadimplemento contratual do Poder Concedente como fator impeditivo para o prosseguimento da concessão e suas consequências financeiras para a concessionária, inclusive para fins indenizatórios e de elisão de qualquer pretensão punitiva; e **(b)** a apuração das indenizações devidas à concessionária em decorrência da extinção contratual.

Ainda em 2018, a Move São Paulo iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019, prazo este que foi prorrogado sucessivas vezes através de Decretos Estaduais publicados pelo Governo de SP.

Em paralelo, a Administração da Companhia iniciou as negociações para a cessão do Contrato de Concessão, tendo celebrado, no dia 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, um contrato com a Acciona Construcción, S.A. (“Acciona”), prevendo a cessão definitiva do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes. Com isso, todos os direitos, prerrogativas e obrigações, presentes ou futuros, estabelecidos, vinculados ou decorrentes do Contrato de Concessão foram cedidos à Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Universidade”), subsidiária da Acciona.

A expectativa da Companhia, juntamente com os demais acionistas da Move São Paulo é de que a investida permaneça ativa até o recebimento de todos os seus direitos e a liquidação de todos os seus passivos.

## 2. Resumo das principais políticas materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 08 de abril de 2026

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota explicativa nº 3.

### 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nestas demonstrações contábeis são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

### 2.2. Adoção inicial de novas normas e julgamentos

#### a) Novas normas e pronunciamentos – Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
<b>IAS 28/ CPC 18 (R3)</b>	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
<b>ICPC 09 (R3)</b>	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
<b>IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)</b>	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
<b>OCPC 10</b>	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

#### b) Novas normas e pronunciamentos – Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
<b>IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024) IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)</b>	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB"), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
<b>IFRS 18</b>	O IFRS Accounting Standards, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada " <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ". Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas.

#### a) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço e no cálculo do valor em uso.

### 4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados.

#### a) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; e **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

#### b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, de modo a ter caixa suficiente para atendimento às suas necessidades operacionais.

#### c) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody’s) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

#### d) Risco de mercado

Atualmente, a Companhia está exposta ao risco de variação de índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas operacionais.

### 5. Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

Notas	2025	2024
	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.963
<b>Total</b>	<b>3.963</b>	<b>244</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Fornecedores	225	209
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>209</b>

### 6. Caixa e equivalente de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos		18
Aplicações financeiras (*)	3.963	226
<b>Total</b>	<b>3.963</b>	<b>244</b>

(\*) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 100% e 101% do CDI (2024 - 100% e 101% do CDI).

O aumento de caixa e equivalentes de caixa, decorre principalmente de recebimento, em 15 de outubro de 2025, de R\$ 3.400 como parte da redução de capital da investida Move São Paulo. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2025, a Companhia recebeu mais R\$ 340, decorrente de uma nova redução de capital por parte da investida.

### 7. Investimentos

#### a) Informações sobre a investida

A Companhia detém participação societária na Move São Paulo, sociedade anônima responsável pela execução do contrato de concessão referente ao projeto Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo.

A seguir, apresenta-se um resumo das informações financeiras da investida:

	Quantidade de ações		Participação no capital (%)		Patrimônio líquido		Prejuízo líquido do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Move São Paulo</b>	<b>68.933.066</b>	<b>68.933.066</b>	<b>33,96%</b>	<b>33,96%</b>	<b>1.425</b>	<b>12.806</b>	<b>(381)</b>	<b>(122)</b>

#### b) Movimentação

Investimentos	Saldo no início do exercício	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Move São Paulo	4.349	(3.736)	(129)	484
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.349</b>	<b>(3.736)</b>	<b>(129)</b>	<b>484</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.390</b>		<b>(41)</b>	<b>4.349</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 31 de dezembro de 2025, a investida apresentou:

- (i)** Redução relevante do patrimônio líquido, decorrente de prejuízos acumulados;
- (ii)** Necessidade de readequações de capital promovidas pelos acionistas; e
- (iii)** Continuidade operacional dependente do andamento do contrato de concessão e do plano de financiamento do projeto.

Essas condições foram consideradas na avaliação do investimento e não indicam, no momento, necessidade de constituição de provisões adicionais.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Empresa, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 72.565 (2024 - R\$ 72.565), composto por 72.565.010 ações (2024 - 72.565.010 ações ordinárias), totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações						Participação no capital total (%)	
	2025			2024			2025	2024
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total		
OTP Mobilidade S.A.	36.667.650	20.183.796	<b>56.851.446</b>	36.667.650	20.183.796	<b>56.851.446</b>	78,35%	78,35%
Ruasinvest Participações S.A.	15.713.564		<b>15.713.564</b>	15.713.564		<b>15.713.564</b>	21,65%	21,65%
<b>Total</b>	<b>52.381.214</b>	<b>20.183.796</b>	<b>72.565.010</b>	<b>52.381.214</b>	<b>20.183.796</b>	<b>72.565.010</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### (b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados dos anos anteriores.

## 9. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
<b>Classificadas por natureza:</b>		
Serviços de terceiros	(213)	(122)
Outras despesas administrativas	18	(19)
<b>Total</b>	<b>(195)</b>	<b>(141)</b>
<b>Classificadas por função</b>		
Gerais e administrativas	(195)	(141)
<b>Total</b>	<b>(195)</b>	<b>(141)</b>

(i) A variação observada na rubrica serviços de terceiros está relacionada, substancialmente à substituição do prestador de serviço anteriormente contratado para os serviços de *business process outsourcing*. A mudança implicou revisão das condições contratuais, incluindo preço e escopo, refletindo no aumento da despesa no período;

(ii) Refere-se a reversão de provisão reconhecido em 2024 e revertido em 2025.

## 10. Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros decorrentes de aplicações financeiras	113	409
Outras	15	9
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>418</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros, comissões e despesas bancárias	(3)	(3)
Tributos sobre receitas financeiras	(6)	(19)
<b>Total</b>	<b>(9)</b>	<b>(22)</b>
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>396</b>

## 11. Imposto de renda e contribuição social corrente

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Prejuízo do exercício antes do IR/CSLL</b>	<b>(205)</b>	<b>(205)</b>	<b>214</b>	<b>214</b>
Adições permanentes	129	129	41	41
<b>Lucro real (prejuízo fiscal)</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>	<b>255</b>	<b>255</b>
Compensação de prejuízo fiscal / base negativa			(77)	(77)
<b>Base cálculo</b>			<b>178</b>	<b>178</b>
Alíquota efetiva	16%	9%	16%	9%
<b>Despesa corrente</b>			<b>28</b>	<b>16</b>

## 12. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$)</b>	<b>(205)</b>	<b>214</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	59.060	59.060
<b>Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)</b>	<b>(0,00)</b>	<b>0,004</b>

\* \* \*